

# SALÁRIO MÍNIMO COMO INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO RENDA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1995 A 2014

Liliane Regina Santos Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Aborda-se a política do salário mínimo no Brasil como instrumento de distribuição de renda. É apresentada a política de salário mínimo no Brasil e no Mundo, e ainda, um perfil das pessoas que recebem salário mínimo. É discutida a influência do salário mínimo como instrumento de distribuição de renda utilizando de referência teórica e estatística, realizando comparações e correlações.

**Palavras-chaves:** Salário Mínimo. Distribuição de Renda.

**ABSTRACT:** Discusses the policy is the minimum wage in Brazil as an instrument of income distribution. The minimum wage policy in Brazil and the world, and a profile of people who receive minimum wage appears. The influence of the minimum wage is discussed as a tool for income distribution using theoretical and statistical reference, making comparisons.

**Keywords:** Minimum Salary. Income Distribution.

## 1 INTRODUÇÃO

Muita se fala dos programas sociais do Governo Federal como instrumento de distribuição de renda, mas a trajetória de elevação do salário mínimo nos últimos governos não pode ser esquecida, bem como seus efeitos para o combate à pobreza no Brasil.

Observando a distribuição de renda brasileira, apesar da melhora nos últimos anos com a valorização do salário mínimo e demais políticas sociais, pois os resultados ainda demonstram uma desigualdade de renda alta. Daí a necessidade da presente pesquisa formalizada nessas poucas linhas.

Dessa forma, nesse estudo objetivou-se compreender a influência da política de salário mínimo no Brasil sobre a distribuição de renda, bem como a trajetória do salário mínimo na economia brasileira.

A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica em livros, revistas, anais, assim como em materiais disponível Internet em sites oficiais bem como estatísticas recolhidas de sites oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros.

O presente estudo está dividido em quatro partes, contando com esta introdução e as considerações finais. Na segunda parte é apresentada um perfil das pessoas que recebem salário mínimo.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso Ciências Econômicas, com linha de pesquisa em Teoria Econômica da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: [l229797@dac.unicamp.br](mailto:l229797@dac.unicamp.br). Economista D. no Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Professora das disciplinas Gestão & Empreendedorismo/Matemática na Secretaria do Estado de Educação do Maranhão.

Na terceira parte é discutida a influência do salário mínimo como instrumento de distribuição de renda, utilizando referência teórica e estatística. Por fim, as considerações finais.

## 2 O PERFIL DOS ASSALARIADOS NO BRASIL

O perfil dos assalariados que recebem o salário mínimo no Brasil está concentrado na região Nordeste, segundo Jungbluth (2010, p.72):

Do total de assalariados no Nordeste, 20,6% recebia o valor do salário mínimo no ano inicial do período de valorização do salário mínimo. Em 2008, mais de um assalariado em cada quatro (26,5%) tinha sua remuneração fixada no mínimo, ou seja, um crescimento de 28,5% de participação dessa faixa no Nordeste. Essa região é a que sofre maior incidência do salário mínimo, tanto no que se refere ao rendimento advindo do trabalho, quanto na questão previdenciária.

Em seguida, aparece a região Norte tendo 19% dos assalariados ativos e inativos que recebem um salário mínimo. Observando, assim, uma concentração nas regiões mais pobres do país. Mas quando observamos somente a população ativa que recebe até um salário mínimo, temos a Região: Norte com 9,8%; Centro-Oeste com 6,2%; Sudeste com 10,6%; Sul 29,8%; e, Nordeste com 43,6%, conforme Gráfico 1, a seguir:

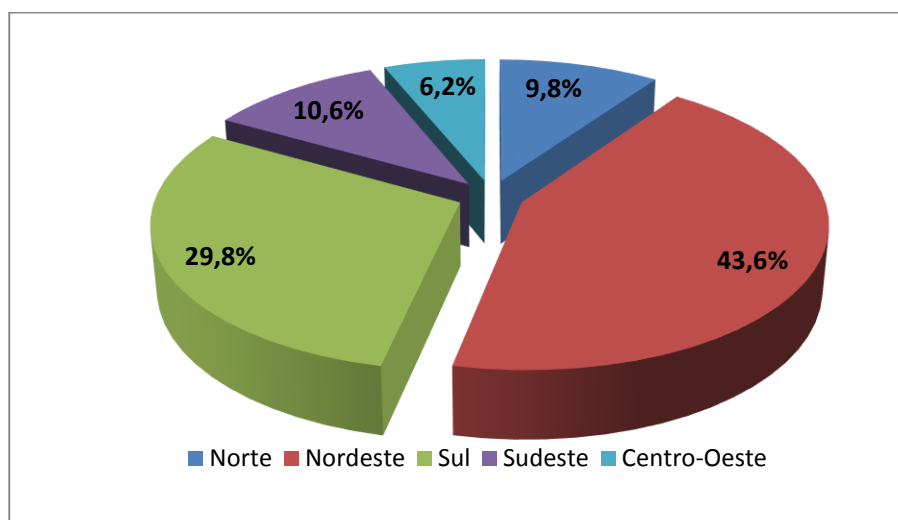


Gráfico 1: Trabalhadores ativos por Região que recebem até 1 salário mínimo

Fonte: Elaboração Própria. Dados PNAD/IBGE (2012)

Destacamos ainda que o gênero que recebe o salário mínimo é o feminino, havendo uma suave melhora nos anos recentes. Já quando olhamos cor/raça são os negros e pardos que representam a maior incidência.

Observando por idade, segundo Jungbluth (2010), temos maior incidência entre os jovens na faixa de 16 a 17 anos. Em seguida, temos os idosos, acima de 65 anos com maior percentual, os recebedores de aposentadorias. Esse último representando os gastos com aposentadorias.

Quando observamos a população ativa que recebem até 1 salário mínimo no país por gênero, temos 60% para mulheres contra 40% para os homens. Demonstrando que as mulheres são a grande maioria a receber renda baixas no Brasil, conforme Gráfico 2:

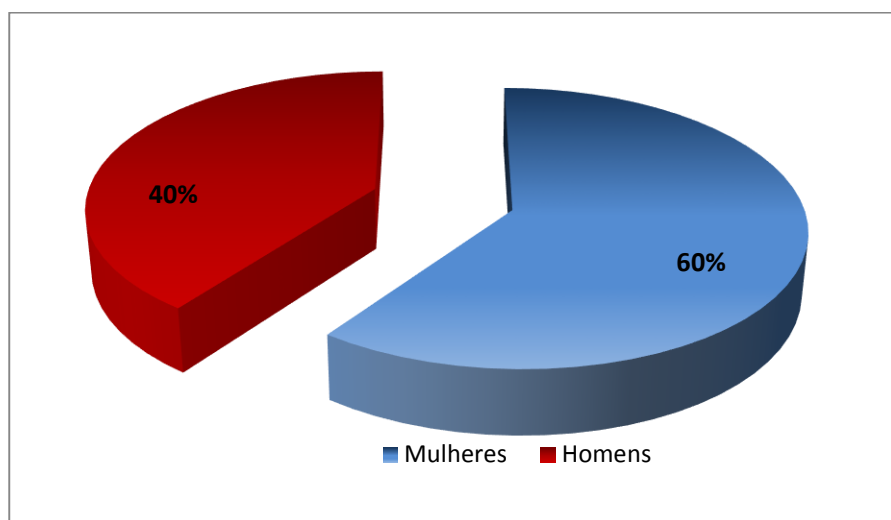


Gráfico 2: Percentual de Pessoas por Sexo que recebem até 1 salário mínimo

Fonte: Elaboração Própria. Dados PNAD/IBGE (2012)

A incidência do salário mínimo da totalidade atinge, principalmente, os trabalhadores com menor instrução, quando observado o grau de escolaridade. Também os que recebem um salário mínimo são em grande maioria do terceiro setor.

Dessa forma, constatamos que a maioria dos recebedores de salário mínimo no país, são as pessoas mais pobres em regiões históricas e geograficamente mais pobres, afro-descendentes e mulheres. Ou seja, havendo cor/etnia e sotaque para os assalariados de baixa renda do Brasil.

### **3 O SALÁRIO MÍNIMO COMO INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL**

Após o Plano Real, percebemos uma valorização do salário mínimo, fruto principalmente da estabilização da economia. Em termos de valores nominais visualizamos um crescimento significativo. Mas se observamos por período ou governos, notamos que durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso a valorização do período foi de 4,7%; Governo Lula foi de 5,5%; Governo Dilma 2,8%, conforme Figura 1:

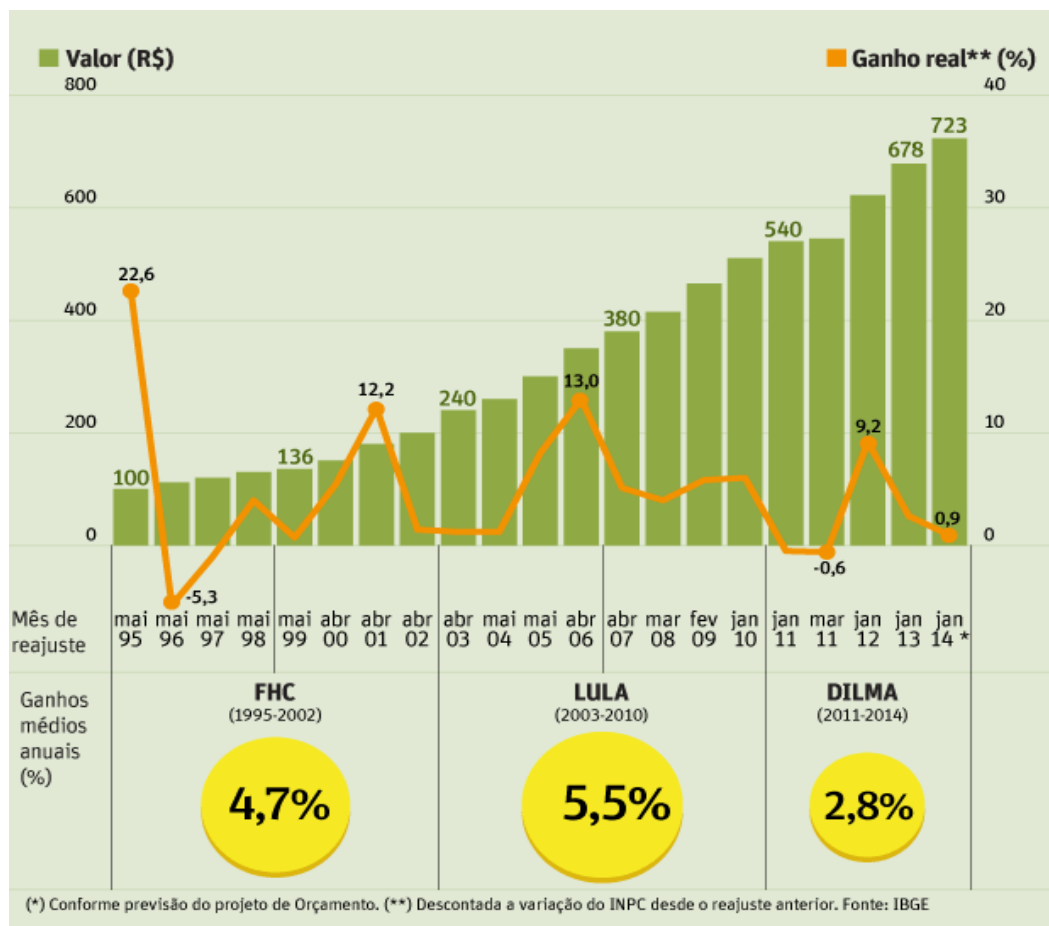


Figura 1: Valorização do salário mínimo após Plano Real

Fonte: Adaptado do Tesouro Nacional APUD (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Durante o Governo FHC, o salário mínimo teve reajuste acima da inflação, isso graças ao impacto do Plano Real, principalmente no primeiro mandato, mas favorecendo sua reeleição para um segundo mandato. Todavia, no ano de 1999, observamos a primeira queda na trajetória de recuperação real do salário mínimo no período FHC. A segunda quebra ainda no mesmo Governo foi em 2002 conforme Figura 1, permanecendo no mesmo patamar de ganhos reais do salário mínimo até o primeiro biênio do Governo Lula.

Durante o Governo Lula, principalmente no final do segundo ano a trajetória de recuperação salarial é retomada, bem como a ampliação de políticas sociais que ajudaram na distribuição de renda.

Segundo Souen (2013) foi no Governo Lula a criação do Conselho Nacional do Salário Mínimo que vinculou o salário mínimo à variação do PIB *per capita*. A política do salário mínimo serviu como instrumento anticíclico para a crise 2008, que contribuiu para manutenção do poder de compra dos mais pobres, apoiando a sustentação da demanda.

Para Sicsú (2013, p.3):

A recuperação do poder de compra dos salários foi o principal pilar da constituição de um imenso mercado de consumo de massas que foi constituído no Brasil nos últimos anos. Foi a formação desse mercado que possibilitou ao Brasil sair apenas com pequenos arranhões da crise de 2008-9. O desenvolvimento econômico e social brasileiro depende, portanto, do aprofundamento do processo distributivo em curso. Não existirá desenvolvimento sem desconcentração de renda.

Durante o Governo Dilma, a trajetória da recuperação do salário mínimo perde força, continuando, mas com um crescimento percentual da massa salarial abaixo dos dois Governos anteriores. Mas atingindo índices de desconcentração de renda menores, percebidos no índice de Gini.

É interessante destacar o Gráfico 3 que traz o Índice de Gini, mostrando a redução histórica da desigualdade brasileira, na qual a escalada da concentração da renda começou no período militar, somente reduzido no primeiro mandato do Governo Lula, conforme pode ser visualizado:

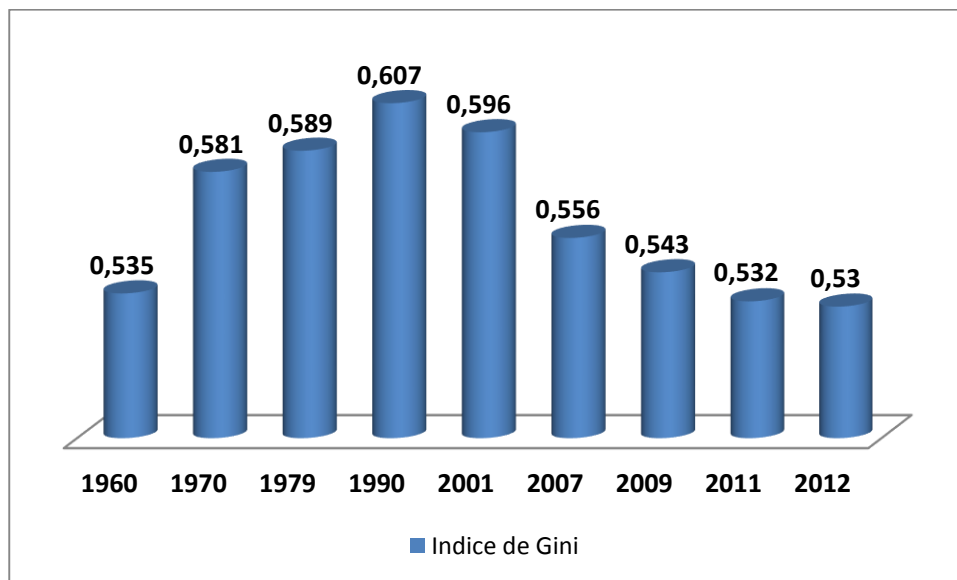


Gráfico 3: Índice de Gini

Fonte: Elaboração Própria. Dados: IPEA (2013).

Fica claro que a redução da exclusão e da desigualdade social, por meio da propensão marginal ao consumo, está agregando mais pessoas no mercado, por meio da ampliação e o acesso ao consumo, sendo o salário mínimo um instrumento eficiente, uma vez que atinge as camadas mais pobres da população brasileira, nas regiões menos desenvolvidas. Dessa forma:

É quase impossível desenvolver uma política de correção da desigualdade sem que se utilize o salário mínimo como um de seus principais instrumentos. A eficácia de uma política de combate à desigualdade deve combinar uma política de valorização do salário mínimo com outras políticas e medidas. Os obstáculos ao crescimento do salário mínimo devem ser enfrentados por essas políticas, de modo a viabilizar (e não, impedir) o processo de desenvolvimento socioeconômico com distribuição de renda (DIEESE, 2006 p.8-9).

Por isso, o Gráfico 4 apresenta a recuperação do salário mínimo após-Plano Real que resultou na melhora do indicador de distribuição de renda, sendo possível observar dois movimentos simultâneos apresentando melhoras sucessivas em relação as duas variáveis.

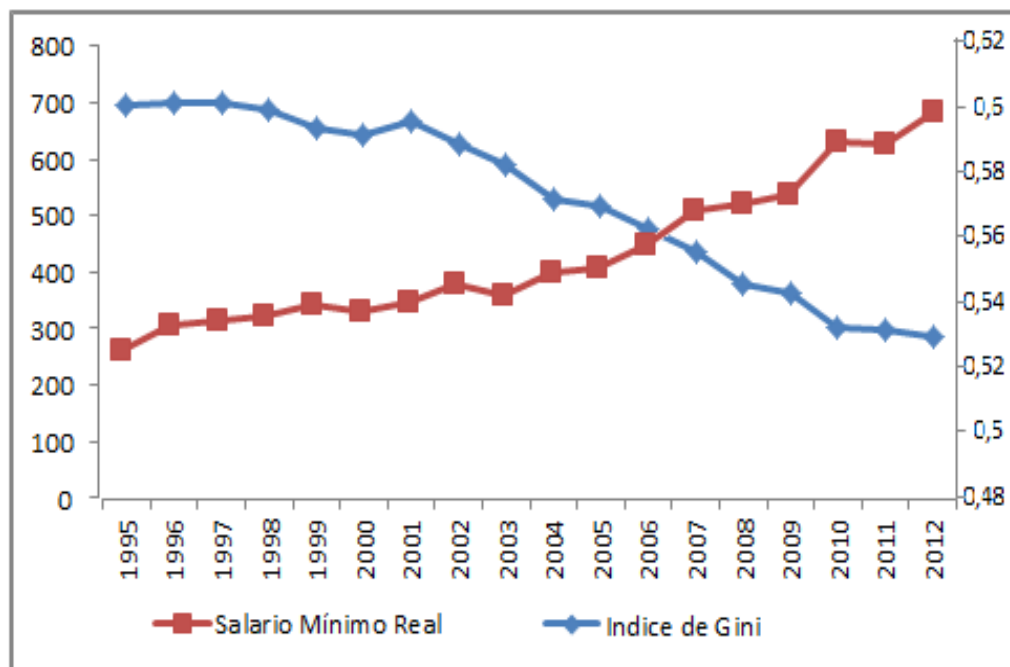


Gráfico 4: Coeficiente de Gini e Salário Mínimo Real

Fonte: Elaboração Própria. Dados: IPEA (2013)

Constatamos um processo de redução da desigualdade de renda, principalmente depois de 2001, sendo visualizado um comportamento simétrico da evolução do salário mínimo real e o índice de Gini. Esses resultados são validados pelo pensamento keynesiano, conforme exposta anteriormente, na qual: “[...] distribuição dos rendimentos ou outra qualquer, a fim de estimular a propensão a consumir” (KEYNES, 1936, p.299). Isto é, quando aumentamos o valor do salário mínimo estamos estimulando a propensão marginal entre os mais pobres, que tendem a consumir toda a sua renda, gerando um efeito multiplicador na economia.

Ou seja, contribuindo para a redução da pobreza, uma vez que o inverso faria, segundo Keynes (1936, p.301):

Talvez convenha, no ponto a que chegamos, dizer umas palavras sobre as importantes correntes de pensamento que sustentam, de maneiras diferentes, que a tendência crônica das sociedades contemporâneas para o subemprego deve ter sua causa procurada no subconsumo, quer dizer, nos hábitos sociais e numa distribuição da riqueza que resultam numa propensão a consumir demasiado baixa.

É possível verificar a eficiência entre a elevação do salário mínimo real frente à distribuição de renda calculada pelo Índice de Gini, em uma relação inversa, pois segundo Keynes (1936, p.105):

“[...] que uma variação na unidade de salário ocasionará, por sua vez, uma alteração na distribuição da renda entre os mutuários e os mutantes e uma variação na renda agregada medida em moeda”.

Ou ainda, reforçando a mesma ideia que: “[...] alta da unidade de salários em termos de moeda (efeito que em geral acompanha a melhoria do emprego); e estas tendências podem afetar a distribuição da renda real entre os diferentes grupos” (KEYNES, 1936, p.107).

O salário mínimo brasileiro impactou as classes C, D e E, resultando em uma elevação do consumo não somente em produtos tradicionais como eletrônicos e eletrodomésticos, mas saúde, alimentação e educação.

Isto é, a valorização do salário mínimo, recuperou o poder de compra, proporcionando uma elevação da renda, que por sua vez afetou positivamente a economia, elevando o consumo e o Produto Interno Bruto (PIB), observado com o aumento da propensão marginal.

A elevação do salário mínimo brasileiro representa um crescimento das rendas famílias mais pobres, uma vez que acionaria a economia através dos efeitos diretos e indiretos resultantes do aumento do consumo. Esse aumento da renda familiar vai além de aquecer o mercado doméstico, contribuindo para crescimento da economia (DIEESE, 2006).

É interessante ressaltar que a valorização do salário mínimo vai além de um objeto de política econômica, mas é instrumento de política social, alicerçado nas bases da ética e da justiça.

Todavia, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo do trabalhador deveria ser R\$ 2.295,58 para atender todas as necessidades previstas constitucionalmente do trabalhador: moradia, saúde, educação, entre outros.

Essa atual política de valorização do salário mínimo, apesar de pequena, apresentou grandes resultados juntamente com programas sociais do Governo Federal que contribuíram para a redução da pobreza no país, pois o salário mínimo é instrumento de homogeneização distributiva, uma vez que: “Radicaliza-se quando se trata de desenvolvimento, dado que envolve a distribuição de renda via aumento de salários e políticas públicas (saúde, educação, previdência, etc.) (SAWAYA, 2012, p.2)”.

Entretanto, o maior empecilho à valorização do salário mínimo é o argumento neoclássico da elevação dos índices de inflação, sendo essa a justificativa da política econômica adotada nos anos 90, mas que ainda perdura com força nos dias de hoje.

Souen (2013, p. 77) explicava que:

Eram frequentes, contudo, manifestações contrárias de vários economistas com relação à sequência de reajustes do mínimo, tentando desqualificá-los, bem como qualquer tentativa de definição de uma política que determinasse uma estratégia mais consistente de valorização de longo prazo. Associavam tais aumentos às implicações negativas sobre o nível de emprego, bem como ao aumento da informalidade. Tais discursos tinham suporte em vários estudos como, por exemplo, o de Foguel (1997), segundo o qual - baseado num modelo de equilíbrio geral neoclássico, em que aumentos de salários reduziram o número de emprego - um aumento no salário mínimo elevaria o número de inativos e desocupados, e na análise feita por Foguel *et all.* (2001), mostrando um impacto negativo do aumento do mínimo sobre o emprego no setor formal no longo prazo, acontecendo o inverso para o setor informal. Vários autores, portanto,

resgataram teses neoclássicas que relacionavam o aumento do salário mínimo com a redução do volume de emprego e da renda agregada, justificando as posições contrárias ao aumento do poder de compra do mínimo como mecanismo promotor da melhora das condições no mercado de trabalho, combate à pobreza e desigualdade [...].

Mas, Sawaya (2012, p.2) explica que:

O problema da inflação no Brasil possui uma importância política e ideológica que deve ser desnudada e que vem sendo ocultada por uma falsa abordagem técnica fundada na economia neoclássica. Essa abordagem, depois de ter se tornado a justificativa para a instalação das políticas neoliberais nos anos 90, volta a se reforçar como a base do conservadorismo ortodoxo. O problema central amarra o país a certa ideologia que domina o debate e impede políticas de desenvolvimento ou de crescimento econômico. Impede a definição de estratégias de desenvolvimento uma vez que renega qualquer política econômica que atue sobre a Demanda Agregada.

Ou seja, a manutenção de políticas conservadoras acontece sobre o pretexto neoliberal do controle inflacionário e do desemprego, por meio de instrumentos estatísticos e abstrações matemáticas longe da realidade.

Sawaya (2013, p.24) lembra que uma das poucas formas de perda da eficiência da distribuição de renda via elevação de salários, é quando temos economias centralizadas:

Em economias com elevado grau de centralização de capital parece ser muito difícil esperar uma distribuição da riqueza via elevação dos salários reais (acima da produtividade) ou via políticas fiscais distributivas. O grande capital quase sempre consegue, pelo menos em parte, neutralizar essa distribuição elevando preços.

Mas, felizmente, os resultados atingidos são extremamente favoráveis, apesar da economia brasileira está cada vez mais centralizadora, temos os índices de desigualdade extremamente satisfatório, apesar de representar valores de desconcentração muito elevados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma política voltada à valorização do salário mínimo é benéfica ao país, assim como essencial para a distribuição de renda e redução da pobreza. E o Brasil vem apresentando uma conjuntura econômica e social de desconcentração de renda através da valorização do salário mínimo, mas também de políticas sociais como: Bolsa Família, entre outros.

Percebemos que o auge da valorização do salário mínimo tem sua marca durante o período anterior ao Golpe Militar, especificamente, nos Governos Getúlio Vargas e Kubistchek, mas também, no Governo Lula.

Recentemente, no Governo Dilma, a política de valorização salarial decaiu em relação aos períodos anteriores, mas os índices de desigualdade de renda (Índice de Gini) apresentam resultados sucessivamente melhores.



Foi possível constatar que a relação de elevação do salário mínimo tem forte impacto na redução da pobreza no Brasil. Isso também é reforçado pelo perfil das pessoas que recebem a renda de um salário mínimo que são: menor taxa de escolaridade, pardo ou negro, mulheres, aposentados e jovens, nordestinos.

Entretanto, observamos um forte discurso contra a política de valorização de salário mínimo, na qual o receituário neoclássico relaciona com a inflação e a perda de empregos. Entretanto, uma falácia para atender poucos.

Por fim, acredita-se que a decisão de elevação do salário mínimo vem sendo implementada com sucesso, apesar da timidez nos percentuais de correção do salário mínimo, que não atendem sequer as necessidades básicas prevista na Constituição de 1988 e moralmente necessária a dignidade do trabalhador. Mas estamos no sistema capitalista, o que poderíamos esperar.

## REFERENCIAS

DIEESE. Política de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2013 será de 678,00. Nota Técnica. N. 118, dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>. Acesso em: 20. Jan. 2014

DIEESE. Valorização do salário mínimo: um imperativo da ética econômica e social. Nota Técnica. N.21, Abril de 2006. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2006/notatec21ValorizacaoDoSM.pdf>. Acesso em: 20. Jan. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. A escalada do salário mínimo após o Plano Real. Urbs Magna. Publicado em: 5 de janeiro de 2014. Disponível em: [www.urbsmagna.com.br](http://www.urbsmagna.com.br). Acesso em: 20. Jan. 2014.

IPEA. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Comunicados do IPEA. N. 155, 25 de setembro de 2012. Disponível em: [http://iicaforumdrs.org.br/iica2011/adm/arquivosup/8cdaa3c9156589a2dbcbb20604f5f99dIpea\\_A%20d%C3%A9cada%20inclusiva\\_2001%20-%202011\\_set2012%20\(1\).pdf](http://iicaforumdrs.org.br/iica2011/adm/arquivosup/8cdaa3c9156589a2dbcbb20604f5f99dIpea_A%20d%C3%A9cada%20inclusiva_2001%20-%202011_set2012%20(1).pdf). Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

JUNGBLUTH, Adriana. A importância do salário mínimo para a valorização do rendimento do trabalho e para a distribuição de renda. Unicamp (Dissertação), Campinas-SP, 2010.

KEYNES, J. M. Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda. Coleção: Os Economistas. Edição 1996 Nova Cultura, São Paulo-SP, 1936

OSADA, Rodrigo Pansanato. Salário Mínimo versus Desigualdade de Renda No Brasil. Unicamp (Dissertação), Campinas-SP, 2008.

PNAD/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores, 2012. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65857.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

SAWAYA, Rubens R. Inflação, crescimento e desenvolvimento: como macroeconomia neoclássica impede o desenvolvimento. Junho, 2012.

SAWAYA, Rubens R. Valor, preço e o poder do capital: uma visão a partir de Marx. Julho, 2013.

SICSÚ, João. Política: A distribuição da renda dez anos depois: O processo de desconcentração da renda que está em curso no Brasil vai além da redução do índice de Gini. Carta Capital. Publicado: 14/02/2013 às 09:39. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-distribuicao-da-renda-dez-anos-depois>. Acesso em: 20. Jan. 2014

SOUEN, Jacqueline Aslan. A política do salário mínimo no Governo Lula. Unicamp (Dissertação), Campinas-SP, 2013.